

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

EXAME DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Duração: 3 horas

4 de janeiro de 2019

①

Explique, no máximo de trinta linhas, a seguinte afirmação:

"Duas pessoas coletivas públicas podem estar simultaneamente ligadas por relações de superintendência e de tutela ou só por relações de tutela" (3 val.)

II

Suponha que, nos termos da lei, é da competência do Ministro do Ambiente licenciar instalações industriais através da emissão de "licenças ambientais". Esta competência pode ser delegada no Secretário de Estado do Ambiente e depende de parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., quanto ao cumprimento dos valores limite de emissão de CO2 da instalação.

Imagine que uma Fábrica de Celulose é titular de uma licença ambiental, emitida em 1 de janeiro de 2015. E que, tendo recebido uma informação dos serviços do Ministério que alerta para os elevados níveis de poluição que resultam da exploração da referida fábrica, o Secretário de Estado do Ambiente emite um despacho em que procede à anulação da licença e determina o encerramento imediato das respetivas instalações. No despacho, o Secretário de Estado alega que houve erro nos pressupostos de atribuição da licença, uma vez que, em 2015, não era possível medir a poluição gerada por aquele tipo de instalações.

Fábrica,
pessoa
jur.
privada



1. Identifique as figuras organizatórias referidas, enquadrando-as na organização administrativa portuguesa. (3 val.)

2. Qualifique os atos jurídicos referidos na hipótese. (3 val.)

3. Pronuncie-se sobre a validade do despacho do Secretário de Estado do Ambiente, do ponto de vista da competência do seu autor, do procedimento adotado e dos pressupostos das decisões nele tomadas. (4 val.)

4. Pronuncie-se sobre as garantias administrativas que poderão ser utilizadas pela Fábrica de Celulose de Constância para evitar o encerramento. (3 val.)

III

Admita que, nos termos da lei, o Ministro do Planeamento e Ordenamento do Território pode permitir a instalação e exploração de marinas em rios portugueses, mediante parecer do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM). E que, no exercício dessa competência, o Ministro autorizou Carlos a proceder à instalação e exploração de uma marina no rio Tejo, com o fundamento de que a extensão da área a ocupar pela marina não compromete a utilização do troço do rio para a atividade pesqueira já aí existente.

A empresa pesqueira que desenvolve a sua atividade no local considera, porém, que a decisão é ilegal na medida em que:

a) Enferma de erro quanto à verdadeira extensão da área a ocupar pela marina, que é muito superior àquela que foi considerada;

b) Foi tomada sem o necessário parecer do IPTM, que foi pedido, mas não chegou a ser emitido dentro do prazo legal;

c) Foi determinada pelo facto de Carlos ter contribuído com uma elevada soma monetária para a investigação de acidentes fluviais, aspeto que nada tem que ver com a finalidade de desenvolvimento turístico e económico das zonas ribeirinhas subjacente à atribuição da competência exercida.

Qualifique as causas de invalidade invocadas. (4 val.)

Consulta: pode ser consultada legislação não anotada